

## *Introdução*

Professores que não pesquisam, insuficiência de recursos; professores sem empenho para despertar interesse dos alunos, ensino secundário deficiente; universidade elitizada, democratismo paralisante; comprometimento político, desvinculação da realidade; salários desmotivantes, péssima administração; má cumpridora de sua missão, formadora de quadros e produção de conhecimento. A listagem poderia ser bem maior, pois a falta de unanimidade faz da universidade brasileira alvo de muitas acusações saídas do descrédito na instituição, e também de reconhecimento de sua importância, como lugar principal da produção do conhecimento e de capacitação profissional do país. A discussão não é nova nem original, mas tampouco ultrapassada ou privada de interesse.

A idéia de reservar uma parte do terceiro número de *Estudos Sociedade e Agricultura* para tratar questões, direta ou indiretamente relacionadas à universidade, surgiu associada à hora presente em que se revisam os estatutos da Universidade Rural e se reflete sobre o acontecimento, há cinquenta anos, da sua fundação em dezembro de 1943.

Quanto ao primeiro aspecto, não é intenção dos editores provocar uma discussão imediatamente relacionada com o processo da Estatuínte. Tal debate tem lugar reconhecido e legitimado. Ao invés de lidar com os temas mais específicos de uma instituição, preferimos ampliar a problematização para o terreno do debate mais de princípios gerais.

A forma escolhida para iniciar tal discussão foi criar uma seção a partir da elaboração de um questionário a ser respondido por professores da instituição. Escolhemos os nomes entre colegas que tiveram ou têm experiência na condução dos rumos da Universidade: Ariane Luna Peixoto, Hugo E. Barbosa de Rezende, José Antônio S. Veiga, José Carlos Netto Ferreira, Manlio Silvestre Fernandes, e incluímos ainda Roberto José Moreira, colaborador desta publicação. Não pretendemos criar polêmicas provocativas, mas sim, um espaço para que, através de suas experiências na administração, no ensino e na pesquisa, cada um desses professores convidados possa contribuir tanto para o momento conjuntural da Estatuínte, quanto para o debate permanente em torno da universidade brasileira.

Em relação à trajetória da Rural, fizemos uma averiguação que nos forneceu dados interessantes. Fundada no final de dezembro de 1943 na gestão do Ministro da Agricultura Apolônio Sales e inaugurada em julho de 1947 com a presença do presidente Dutra, a Universidade Rural, subordinada ao Centro Nacional do Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA), do Ministério da Agricultura, agrupava as Escolas Nacionais de Agronomia e Veterinária e os Cursos de Aperfeiçoamento e de Especialização<sup>1</sup>. Naquele momento, o Ministério da Agricultura procurava reorganizar o ensino e as pesquisas agronômicas para tornar mais eficiente o trabalho rural, estabelecendo mecanismos de orientação e de ajuda ao agricultor. Seu objetivo era *preparar técnicos capazes de impulsionar, em bases racionais, a lavoura e a pecuária do país*. A experiência que se iniciava na antiga fazenda de Santa Cruz deveria se reproduzir em outras regiões, a fim de que sua *influência racionalizadora* se generalizasse no país, *atraindo, senão o fazendeiro ou o lavrador lúcido, o seu filho ou o adolescente que deverá sucedê-lo* no

---

<sup>1</sup> A maior parte das informações aqui presentes foi obtida nas matérias publicadas em 1944 e 1947 nos jornais *Diário de Notícias*, *Jornal do Commercio* e *Jornal de Brasil*, todos do Rio de Janeiro. Para outras informações, consulte o Centro de Leitura e Estudos Romulo Cavina (Clerc) do ICHS que já iniciou um trabalho de coleção de fontes para a preservação da memória da UFRRJ.

*amanho da terra e nos campos de criação.*

Até então, as escolas de agronomia e veterinária sempre tiveram o Ministério da Agricultura como órgão estruturador.<sup>2</sup> Foi também subordinada ao Ministério da Agricultura, na gestão de Fernando Costa, que foram iniciadas em 1938 as obras da Universidade Rural. O ministro havia incluído em seu programa a transferência da Escola de Agronomia e Veterinária da Praia Vermelha para o Km 47 da Estrada Rio/ São Paulo, local visto então com certas reservas por causa da malária e pela presença de um grande número de *grileiros* na região.

A partir de 1944, as instituições que compunham a Universidade Rural contavam, anualmente, com aproximadamente 1300 alunos, com alguns Institutos ainda sendo instalados (o de Biologia, naquele momento, já estava em atividade). Passaram então a funcionar diversos serviços de experimentação e ecologia agrícola e, pouco mais tarde, já seriam ministradas aulas práticas de agronomia e veterinária. Em interessante reportagem, o jornal *Diário de Notícias* daquela época descreve: “Ao chegar-se no Km 47, avista-se um conjunto de construções novas, em estilo colonial, disseminadas por diversas colinas de pequena elevação. O grupo de estabelecimentos de ensino de que se compõe a Universidade Rural fica à esquerda. À direita, localizam-se os estabelecimentos de pesquisas agrônômicas. Assim, praticamente, acham-se lado a lado o ensino e a experimentação”.

Em 4 de julho de 1947, tendo Waldemar Raythe como diretor-geral do CNEPA e Artur Torres Filho como reitor (ambos do quadro técnico do Ministério da Agricultura), foi inaugurada a Universidade Rural, com a entrega de dez dos dezessete edifícios e instalações escolares que integravam o *campus* para os cursos de Engenharia Rural, Biologia, Química, além das Escolas de Agronomia e Veterinária e dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização.

Os pronunciamentos durante a solenidade de inauguração compõem uma interessante peça discursiva reveladora de formulações ideológicas que nos

---

<sup>1</sup> Então, o ensino agrícola tinha uma longa história. Em 1808, quando a família real chegou ao Brasil, já havia interesse manifestado na lecionação de aulas voltadas para o ensino da agricultura. Em 1838 foi criada, na Lagoa Rodrigo de Freitas, a Escola de Agricultura da Fazenda Real. Na Bahia, através da iniciativa particular, foi criada em 1877 a Escola Agrícola de São Bento das Lages, que formou, desde então até 1904, 377 engenheiros agrônomos. É também do período imperial, a constituição da Estação Agrônômica de Campinas (Instituto Agrônômico), iniciativa do Ministro da Agricultura da época, Antônio Prado. Em 1913 foi fundada a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária.

remetem à problemática da construção da consciência nacional. A tradição intelectual brasileira sempre se radicara fora dos muros das universidades. As instituições universitárias, apenas no final da década de 1940, começavam a se fazer mais presentes - era o momento em que elas procuravam se afirmar no campo intelectual e na renovação da crítica.

Dá ser forte a intenção de um centro de pesquisa e ensino como a Universidade Rural de interferir nos rumos do país através da produção e divulgação de um conhecimento tido como essencial para o nosso desenvolvimento. Este é o motivo condutor das diferentes falas do evento. O ministro da agricultura, Daniel de Carvalho, defendia a racionalização das atividades rurais e condicionava o futuro da economia brasileira à influência benéfica da instituição universitária. Artur Torres Filho colocava o progresso intelectual e material da Nação na dependência de sua agricultura e pecuária racionalmente organizadas. Convém registrar que tanto o ministro quanto o reitor se ajustavam ao novo clima do desenvolvimento planejado do pós-guerra. O representante do embaixador norte-americano, por sua vez, atribuía aos alunos a responsabilidade de intensificar a educação do *povo útil e inteligente das zonas rurais do Brasil*.

O tema da *vocação agrária*, tão caro ao movimento nacionalista do início do século e ainda presente nas discussões em torno do caráter nacional brasileiro, reaparece no discurso de Torres Filho ao considerar a terra a fonte do progresso das nações: "O Brasil, pelo império das circunstâncias que concorreram para sua formação econômica, e devido à variabilidade das suas fontes de recursos naturais, precisará traçar rumos seguros à vida rural, de modo a garantir em bases sólidas o bem-estar social." Ao setor rural brasileiro estava reservada uma missão maior: a solução do problema econômico e social passaria pela racionalização dos métodos e pelo progresso técnico que, ao elevarem o *nível de civilização das populações do interior*, fortaleciam o mercado interno e a renda nacional, viabilizando a indústria nacional.

Claramente, prevalece uma visão tecnicista nos diferentes discursos. A despolitização reaparece nas considerações sobre a segurança nacional. Para Torres Filho, por exemplo, uma nação mal alimentada teria seu destino comprometido, porque não poderia subsistir e prosperar. O reitor alertava ainda para o fato de que uma agricultura tecnicamente não-orientada poderia levar à indignância, com todas suas perturbações de ordem social e, assim

comprometer a soberania nacional. A racionalidade, aplicada à produção rural, permitiria a formação de uma *raça forte e viril*.

Nesse mesmo mês de abril de 1947 o sociólogo L. A. Costa Pinto aproveitava a inauguração da Universidade Rural para publicar um artigo no jornal *Diário de Notícias* (RJ). L. A. Costa Pinto aproveitava o evento para voltar a uma discussão que o ocupava há tempo: as tendências do ensino das ciências sociais e a solução dos problemas brasileiros através de uma *mudança cultural provocada*, na qual elas teriam lugar importante na orientação dessa mudança de mentalidade. Naquele momento, o autor discutia o lugar das ciências sociais na orientação dessa mudança e seu papel nos currículos universitários. Pareceu-nos de interesse o resgate do artigo, mais do que mera curiosidade, pois ele inicia uma reflexão ainda atual, como, ademais, podemos observar nas considerações sobre o tema neutralidade do conhecimento técnico produzido nos meios acadêmicos, que aparecem na primeira seção do presente número da publicação.

Esperamos que, dentro das suas limitações naturais, esta edição de *Estudos* preste um serviço a seus leitores. Especialmente aos da Rural, uma universidade que, com a sua participação no debate universitário brasileiro, poderá contribuir significativamente com análises e reflexões sobre o tema, no qual nos parece ser ineliminável a discussão sobre o acesso ao ensino superior. Não se trata de questionar o número de vagas hoje disponível, mas sim a possibilidade de existir uma universidade democrática sem um ensino de base democrático. Referimo-nos à igualdade de oportunidade que todos devem ter para freqüentar a escola superior, igualdade essa sobretudo assegurada pela democratização do ensino elementar e secundário. É tal ensino de base que enriquece o horizonte e amplia o poder de decisão de uma larga faixa da população hoje apartada dos direitos da cidadania.

Luiz Flávio de Carvalho Costa é  
professor da UFRRJ/CPDA.

Estudos Sociedade e Agricultura, 3, novembro 1994: 7-11.